
Ano Letivo 2021-22

Unidade Curricular REABILITAÇÃO E RENOVAÇÃO URBANA

Cursos CIDADES SUSTENTÁVEIS

Unidade Orgânica Instituto Superior de Engenharia

Código da Unidade Curricular 17741013

Área Científica CONSTRUÇÃO CIVIL E ENGENHARIA CIVIL

Sigla

Código CNAEF (3 dígitos) 582

Contributo para os Objetivos de
Desenvolvimento Sustentável - 4; 9; 11
ODS (Indicar até 3 objetivos)

Línguas de Aprendizagem Português

Modalidade de ensino

presencial / telemático

Docente Responsável

Marta Marçal Correia dos Santos Gonçalves

DOCENTE	TIPO DE AULA	TURMAS	TOTAL HORAS DE CONTACTO (*)
Marta Marçal Correia dos Santos Gonçalves	TP	TP1	10TP
Vítor Manuel Lopes de Brito Saraiva Barreto	TP	TP1	10TP
Paulo Jorge Miguel Charneca	TP	TP1	17.5TP

* Para turmas lecionadas conjuntamente, apenas é contabilizada a carga horária de uma delas.

ANO	PERÍODO DE FUNCIONAMENTO*	HORAS DE CONTACTO	HORAS TOTAIS DE TRABALHO	ECTS
1º	S2	37.5TP	168	6

* A-Anual;S-Semestral;Q-Quadrimestral;T-Trimestral

Precedências

Sem precedências

Conhecimentos Prévios recomendados

planeamento urbano, ordenamento do território, geografia, arquitetura, arquitetura-paisagista, engenharia civil

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências)

Desenvolver capacidade para interpretar os diferentes tipos de planos, programas e ações, legalmente consagrados, no âmbito da reabilitação urbana, salvaguarda do património e recuperação urbanística.

Desenvolver capacidades metodológicas para organizar os meios técnicos e a documentação necessária a enformar os diferentes instrumentos de planeamento.

Conteúdos programáticos

Princípios, estratégias e conteúdos específicos dos diferentes instrumentos de planeamento da reabilitação e renovação urbana.

Análise comparativa de planos de diferente natureza e escala: expressão gráfica, conteúdo documental, concretização prática.

Conceitos técnicos e normativos utilizados ou subjacentes aos vários instrumentos de planeamento.

Medidas preventivas e análise das servidões e restrições de utilidade pública com maior incidência no planeamento da reabilitação urbana.

Aspectos jurídico-legais aplicáveis às tipologias específicas das operações de recuperação urbana e do planeamento de pormenor de reabilitação/recuperação urbana e salvaguarda do património.

A tomada de decisão e a participação pública ativa nos instrumentos de planeamento.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Aulas teóricas expositivas e interativas com recurso a meios audio visuais de abordagem dos temas; aulas práticas com trabalho de reconhecimento de campo orientado; aulas teórico-práticas de análise de casos práticos, discussão e debate crítico das matérias e exercícios em aula; comparação de exemplos e estudo de casos; orientação tutorial das pesquisas e trabalhos práticos.

Avaliação contínua, sem exame, com os seguintes índices:

Trabalho prático de análise comparativa de planos de pormenor e respetivo enquadramento estratégico, com a ponderação de 50%;

Trabalho prático de pesquisa sobre os aspetos jurídico-legais e a participação pública num plano em concreto de 50%;

Ambos os trabalhos terão apresentação e discussão pública e serão classificados numa escala de 0 a 20. O aluno obtém aproveitamento se obtiver classificação igual ou superior a 9,5 v, sendo que a obtenção de frequência fica condicionada à nota mínima de 9,5v em cada um dos trabalhos práticos.

Bibliografia principal

Alves, F.M.B., 2003. Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Amaral, P., 2011. Análise das relações da política de solos com o sistema económico, DGOTDU, Lisboa.

DGOTDU, 2008. Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento Do Território, DGOTDU, Lisboa.

Littlewood, M., 1995. Diseño urbano Vol. I, II e III, ed. G. Gili, ed. México.

Rossi, A., 2001. A Arquitetura da Cidade, Cosmos, Lisboa

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2007. Lei 60/2007, de 4 de setembro. Diário da República, 1.^a série, nº 170

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2012. Lei 32/2012, de 14 de agosto. Diário da República, 1.^a série, nº 157

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 9/2009, de 29 de maio, Diário da República, 1.^a série ,n.º 104

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de maio, Diário da República, 1.^a série ,n.º 104

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 46/2009, de 20 de fevereiro, Diário da República, 1.^a série, n.º 36

Academic Year 2021-22

Course unit

Courses Sustainable Cities

Faculty / School INSTITUTE OF ENGINEERING

Main Scientific Area

Acronym

CNAEF code (3 digits) 582

Contribution to Sustainable
Development Goals - SGD
(Designate up to 3 objectives) 4; 9; 11

Language of instruction Portuguese

Teaching/Learning modality Presential / Telematic

Coordinating teacher Marta Marçal Correia dos Santos Gonçalves

Teaching staff	Type	Classes	Hours (*)
Marta Marçal Correia dos Santos Gonçalves	TP	TP1	10TP
Vítor Manuel Lopes de Brito Saraiva Barreto	TP	TP1	10TP
Paulo Jorge Miguel Charneca	TP	TP1	17.5TP

* For classes taught jointly, it is only accounted the workload of one.

Contact hours	T	TP	PL	TC	S	E	OT	O	Total
	0	37.5	0	0	0	0	0	0	168
T - Theoretical; TP - Theoretical and practical ; PL - Practical and laboratorial; TC - Field Work; S - Seminar; E - Training; OT - Tutorial; O - Other									

Pre-requisites

no pre-requisites

Prior knowledge and skills

urban planning, land management planning, geography, architecture, landscape architecture, civil engineering

The students intended learning outcomes (knowledge, skills and competences)

Main objectives:

To develop interpretation skills of the different types of plans, programs and actions, legally approved, within the scope of urban rehabilitation, safeguarding heritage and urban recovery.

To develop methodological skills to organize the technical means and the necessary documentation to inform the different planning instruments

Syllabus

Principles, strategies and specific contents of the different urban rehabilitation and recovery planning instruments.

Comparative analysis of plans with different nature and scale: graphic expression, documentary content, practical implementation.

Technical and normative concepts most used / underlying the various planning instruments.

Preventive measures and analysis of public utility restrictions with main incidence in urban rehabilitation planning.

legal aspects applicable to specific types of urban regeneration operations and planning of urban rehabilitation / restoration details and safeguarding of heritage.

Decision-making and active public participation in planning instruments

Teaching methodologies (including evaluation)

Theoretical and interactive lectures using audiovisual means to approach the themes; practical classes with oriented field work; theoretical-practical classes to analyze practical cases, discuss and debate subjects and exercises in class; comparative examples and case studies; tutorial guidance on research and practical work.

Continuous assessment, without exam, with the following indices:

Practical work of detailed plans comparative analysis and respective strategic framework, with a weighting of 50%;

Practical research work on legal aspects and public participation in a 50% specific plan;

Both works will have a public presentation and discussion and will be rated on a scale from 0 to 20. The student will be successful if he / she obtains a rating equal to or greater than 9.5, and the frequency obtained is conditioned to the minimum score of 9.5 in each practical work.

Main Bibliography

Alves, F.M.B., 2003. Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Amaral, P., 2011. Análise das relações da política de solos com o sistema económico, DGOTDU, Lisboa.

DGOTDU, 2008. Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento Do Território, DGOTDU, Lisboa.

Littlewood, M., 1995. Diseño urbano Vol. I, II e III, ed. G. Gili, ed. México.

Rossi, A., 2001. A Arquitetura da Cidade, Cosmos, Lisboa

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2007. Lei 60/2007, de 4 de setembro. Diário da República, 1.^a série, nº 170

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, 2012. Lei 32/2012, de 14 de agosto. Diário da República, 1.^a série, nº 157

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 9/2009, de 29 de maio, Diário da República, 1.^a série ,n.º 104

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 11/2009, de 29 de maio, Diário da República, 1.^a série ,n.º 104

MAOTDR, 2009, Decreto Regulamentar 46/2009, de 20 de fevereiro, Diário da República, 1.^a série, n.º 36